

Agricultura urbana e Segurança Alimentar: estudo no município de Santa Maria - RS

Autores:

Ilaine Schuch – Professora Assistente do Departamento de Medicina Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Endereço para correspondência:

Rua Venâncio Aires, 523/504 – Santa Maria, RS - CEP: 97010.000

e-mail: ischuch@uol.com.br

Marcelino de Souza- Professor Adjunto do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Endereço para correspondência:

Rua Venâncio Aires, 523/504 – Santa Maria, RS - CEP: 97010.000

e-mail: marcelino.souza@uol.com.br

Cristiane Cardoso Pessoa – Extensionista Empresarial da Universidade Católica de Pelotas (UCPel)

Endereço Para Correspondência: Rua Santa Cruz, 1948 A, Apartamento 204 – centro – Pelotas, RS CEP: 96015-710

e-mail: cricap@mail.ufsm.br

Área Temática: Estudos Urbanos

Agricultura urbana e Segurança Alimentar: estudo no município de Santa Maria - RS

Resumo

No contexto da nova relação do rural e urbano, a agricultura urbana ganha importância em função de aspectos como a crescente urbanização, a pobreza, os problemas de abastecimento e valores de não-mercado. Todavia, os estudos existentes no Brasil ainda são escassos. O objetivo principal deste trabalho é apresentar os resultados de uma investigação sobre a contribuição da agricultura urbana na melhoria da renda e da alimentação de um grupo de famílias pobres do município de Santa Maria-RS. Os resultados revelam que a atividade não cumpre necessariamente o papel de provedora de renda adicional, mas conduz a uma economia expressiva, pois certos alimentos deixam de ser comprados. A atividade pode ser considerada um modo de produção fora de mercado ou uma economia de subsistência e cumpre papel relevante na segurança alimentar das famílias.

Palavras-chave: agricultura urbana, pobreza e segurança alimentar.

1 Introdução

No Brasil, nos últimos cinquenta anos e, principalmente a partir de 1980, houve uma crescente urbanização, seguindo a tendência mundial. Este fenômeno provocou uma forte redução da população rural, em todas as regiões. Mesmo nas décadas posteriores à de 80, a desruralização continuou sendo uma realidade, o que conduziu o país a taxas crescentes de população urbana, mesmo que distintamente nas diversas regiões do país (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999).

Esse crescimento resulta em um impacto, conduzindo a “uma importante mudança nos vetores de expansão física das cidades, fazendo com que atividades consideradas como essencialmente agrícolas, no passado, passem a ter expressão econômica nos espaços urbanos” (PEREIRA, 2000:2).

Neste sentido, a agricultura cruzou as fronteiras entre a dimensão econômica, ecológica, política e cultural, adquirindo um caráter multifuncional¹. Neste contexto, surge a agricultura no meio urbano, e esta, quando praticada de modo apropriado poderá, segundo o Comitê de Agricultura (COAG, 1999), aumentar a quantidade de alimentos disponíveis, melhorar a segurança alimentar em épocas de crise ou grave escassez de alimentos,

¹A multifuncionalidade define-se como “um conjunto das contribuições da agricultura a um desenvolvimento econômico e social considerado em sua unidade; o reconhecimento oficial da multifuncionalidade exprime a vontade que essas diferentes contribuições podem ser associadas duravelmente, de modo coerente, segundo as modalidades julgadas satisfatórias pelos cidadãos”. (BLANCHEMANCHE et al., 2000, p.42).

melhorar o grau de frescor de alimentos perecíveis e ainda oferecer oportunidades de empregos produtivos em um setor onde os obstáculos ao ingresso são de pouca importância.

Em vista destes acontecimentos, em todo o mundo, notadamente nos países menos desenvolvidos, tem sido detectado um fenômeno em que um crescente número de residentes urbanos se dedica às atividades agrícolas². Essas atividades agrícolas têm sido comumente chamadas de agricultura urbana. Fleury & Donadieu (1997) sugerem empregar esse termo para designar os sistemas agrícolas das periferias urbanas orientados para as novas necessidades urbanas, mesmo ressaltando que a expressão possui mais de um significado, podendo ser empregada em diferentes situações, ou para distintos grupos de profissionais. Seja qual for a interpretação dada para o termo “agricultura urbana”, dependendo do autor e do país no qual se insere, o mesmo, indiscutivelmente, está relacionado com a auto-suficiência alimentar das cidades.

Outro aspecto importante é mencionado por Zeeuw et al. (2000) ao destacarem que as análises das tendências atuais dos sistemas de alimentação dos pobres urbanos mostram que, para garantir sua segurança alimentar, é necessária a combinação da produção de alimentos nas zonas rurais e urbanas.

A *Food and Agriculture Organization* - FAO (1996) também ressalta que a agricultura urbana pode se constituir em uma importante contribuição na questão alimentar e até para o aumento da renda da população em muitas cidades do mundo em desenvolvimento. No entanto, a organização salienta que ela fornece não somente benefícios de ordem econômica, mas também de recreação, lazer e ecológicos aos cidadãos.

Em relação aos tipos dos agricultores urbanos, a maioria, segundo registros da *United Nations Development Programme* - UNDP (1996), tem origem nos grupos de baixa renda, em muitos países em desenvolvimento.

Além disso, frequentemente, eles cultivam terra que não possuem. Entretanto, em alguns países (incluindo Argentina e Estados Unidos), agricultores de renda média, que são a maioria, praticam primariamente cultivo de “quintal”. A diferença entre as práticas agrícolas dos agricultores de baixa renda e elevada não está apenas no tamanho, mas nos

sistemas de produção e produtos. Enquanto o monocultivo é comum entre agricultores abastados, os agricultores de baixa renda tendem a escolher sistemas de produção agrícola diversificados, que requerem baixo capital e minimizam riscos (UNDP, 1996).

Zeeuw et al. (2000) salientam também que a agricultura urbana é uma atividade que exige políticas públicas para sua implementação, principalmente no que diz respeito às políticas de uso de solos, saúde, ambientais e de desenvolvimento social. Por isso, é essencial o conhecimento das características específicas dos locais e as diferentes finalidades da agricultura urbana para que sejam formuladas políticas adequadas de intervenção.

Em quase todo o mundo encontram-se pesquisas explorando a temática da agricultura urbana. O trabalho pioneiro de pesquisa em agricultura urbana realizado no Brasil é o de Frère *et al.* (1999), o qual apresenta os resultados de uma investigação realizada em Belém-PA, com o objetivo de conhecer os tipos e dimensionar a agricultura naquele município.

Da mesma maneira que em várias localidades alvos da pesquisa, em Santa Maria - RS, a agricultura urbana é uma realidade entre os moradores de várias localidades. Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados de uma investigação sobre a contribuição da agricultura urbana na melhoria da renda e da alimentação de famílias pobres³.

2 Metodologia Utilizada

Essa pesquisa desenvolveu-se na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul. O município situa-se na região central do Estado. Segundo o Censo IBGE (2000), a população urbana é de 230.468 habitantes e a rural é de 12.928 habitantes, respectivamente 94,7% e 5,3% da população total. Esses dados permitem concluir que Santa Maria é um município nitidamente urbano, segundo os critérios do IBGE. No perímetro urbano, foram

² Esse crescimento tem sido relatado principalmente nas pesquisas realizadas nos países africanos. A título de exemplo, ver Drakakis-Smith, D. et al. (1995), entre outros estudos.

³Zaluar (1994:33) define os pobres de um ponto de vista meramente descritivo como “todos aqueles que estão incluídos nas faixas de renda mais baixas (até 3 a 5 salários mínimos) ou os que exercem as atividades pior remuneradas na economia nacional. Entre eles estão obviamente os operários e assalariados do terciário semi ou não-qualificados e que recebem baixos salários em virtude da política salarial vigente, bem como os trabalhadores por conta-própria pouco ou não especializados, quer sejam estabelecidos ou não”.

identificadas as comunidades que integram os bolsões de miséria⁴ da cidade. A intenção era estudar a agricultura urbana no contexto da pobreza. As comunidades foram escolhidas intencionalmente em localidades situadas em distintas zonas do município, sendo elas Vila Arco Íris, Vila Lídia, Urlândia, Renascença, Vila Lorenzi, Nossa Senhora do Trabalho, Aparício de Moraes e Montanha Russa. A coleta dos dados ocorreu durante o mês de fevereiro e março de 2004, pela própria pesquisadora, sendo coletados dados de 38 famílias. Para a definição do número de famílias a serem pesquisadas nas comunidades, utilizou-se uma amostragem não-probabilística, autogerada. O instrumento utilizado para o levantamento dos foi o questionário, contendo 32 questões fechadas e 1 questão aberta.

Após a coleta, os dados foram digitados em planilhas do programa Excel, constituindo um banco de dados. Posteriormente, esses dados foram importados pelo programa estatístico SPSS (*Statistical Product and Service Solutions*), sendo este utilizado para o cruzamento das variáveis selecionadas e de interesse do estudo.

Numa segunda fase do trabalho, foi realizada uma nova pesquisa de campo em uma sub-amostra de 20 famílias, com o objetivo de levantar dados acerca do consumo alimentar familiar. Para tal, utilizou-se a metodologia desenvolvida por Galeazzi *et al.* (1996) para inquérito de consumo familiar.

Foram elaborados cálculos relativos ao consumo médio *per capita* de energia e nutrientes selecionados. Por meio de adoção do *software* Virtual Nutri (PHILIPPI, S.T., 1996) foram elaborados os cálculos relativos à composição energética e nutricional da alimentação das famílias. Nessa pesquisa foram adotados parâmetros da FAO/OMS/ONU (1985) para estabelecer as recomendações médias preconizadas de energia e de proteína.

3 Resultados e Discussão

3.1 Breve caracterização da população pesquisada

As tabelas apresentadas a seguir mostram alguns dos principais resultados obtidos através da aplicação dos questionários junto às famílias, visando obter informações pertinentes a este trabalho. Na Tabela 1, pode-se verificar a distribuição das famílias de acordo com o número de pessoas nas localidades pesquisadas.

⁴ Estes bolsões foram identificados pela Rede de Solidariedade e divulgados através de documento intitulado “Projeto Institucional de Extensão: Núcleo da UFSM em apoio à Rede de Solidariedade” (abril de 2003).

TABELA 1

Número de pessoas nas famílias, segundo as localidades pesquisadas.

Localidades	Número de pessoas nas famílias						TOTAL
	1	2	3	4	5	7	
Urlândia		4	9	4	1	1	19
Renascença			1	2		1	4
Vila Lorenzi	2	2		3	1		8
Aparício de Moraes		1	2		1		4
Montanha Russa		1	2				3
TOTAL	2	8	14	9	3	2	38

O total representa o número de famílias que foram entrevistadas em cada local, e o número de pessoas diz respeito ao tamanho das famílias. A maior parte das famílias é formada por duas e quatro pessoas, sendo que apenas duas famílias, uma na Vila Urlândia e outra na Renascença, apresentaram sete pessoas na família, residindo no domicílio visitado. No geral, pode-se verificar que não são famílias numerosas. De acordo com o IBGE (Censo, 2000), esse fato se explica pela queda acelerada da fecundidade ocorrida no país nas últimas duas décadas, conduzindo a uma redução no tamanho das famílias. O número médio de membros das famílias caiu de 3,9 pessoas, em 1991, para 3,5 em 2000. As famílias com um a quatro componentes estão mais presentes nas áreas urbanas, enquanto que as famílias com cinco a onze pessoas são mais frequentes nas áreas rurais.

Na Tabela 2, têm-se os resultados relativos ao sexo das pessoas ocupadas na agricultura urbana.

TABELA 2

Sexo das pessoas ocupadas na agricultura urbana.

Agricultores Urbanos	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Número de pessoas	30 (52,6%)	27 (47,3%)	57 (100%)

Verifica-se que há pouca diferença entre homens e mulheres que trabalham nas produções agrícolas urbanas, sendo que, do total de 57 pessoas nas famílias, 30 são do sexo masculino e 27 do sexo feminino. No trabalho de Nugent (2000), os resultados mostram

que as mulheres estão muito mais envolvidas nesta atividade, e os homens têm mais chance de se envolver na produção para o mercado, nos casos em que as mulheres estão muito ocupadas com outras tarefas. Nestas comunidades, não se pode afirmar que existe predominância de um dos sexos no trabalho da agricultura urbana, ao contrário do que se pode encontrar na literatura⁵, onde se ressalta que a maior parte dos agricultores urbanos são mulheres.

A Tabela 3 apresenta os estratos de idade das pessoas envolvidas com o trabalho na agricultura urbana.

TABELA 3
Estratos de idade das pessoas envolvidas na agricultura urbana.

Agricultores Urbanos	Estratos de idade					Total
	Até 14 anos	15 até 22 anos	23 até 40 anos	41 até 59 anos	60 anos e mais	
Nº de pessoas	1 (1,75%)	1 (1,75%)	12 (21 %)	31 (54,3%)	12 (21%)	57

Entre as 57 pessoas que praticam a atividade, a maioria encontra-se na faixa etária de 41 até 59 anos, e, somadas às pessoas que possuem mais de 60 anos, pode-se concluir que quem pratica a agricultura urbana nestas comunidades não são exatamente pessoas mais jovens, mas sim, aquelas com idade superior a 40 anos.

Na Tabela 4, pode-se verificar o local de origem dos agricultores urbanos pesquisados. Deste total, constata-se que cerca de 37% são oriundos da zona rural de outras cidades e 26,3% da zona rural de Santa Maria, ou seja, 63% do total das pessoas que praticam agricultura urbana são de origem rural. Isto remete à questão do êxodo rural, que conduz essas pessoas para a cidade, com o objetivo de melhorar as condições de vida, e ainda a tradição na agricultura que elas trazem, como é detalhado no trabalho de COSTA BEBER (1998).

TABELA 4
Local de origem das pessoas que trabalham na agricultura urbana.

Agricultores Urbanos	Local de Origem				Total
	Santa Maria (urbana)	Santa Maria (rural)	Outras cidades (urbana)	Outras cidades (rural)	

⁵ No livro "Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities, (UNDP, 1996)", existe a informação de que, em muitos locais do mundo, as mulheres têm maior participação na agricultura urbana do que os homens.

Nº de pessoas	15 (26,3%)	15 (26,3%)	6 (10,5%)	21 (36,8%)	57 (100%)
---------------	------------	------------	-----------	------------	------------------

Existem aproximadamente 37%, que é de origem urbana, e pode ter outras razões para a prática da agricultura, como a própria subsistência, já que é integrante de comunidades pobres. Outras razões dizem respeito ao lazer que a atividade pode lhes proporcionar. A esse respeito, Altieri et al. (1999) salientam que a agricultura urbana, para as pessoas nascidas na cidade, é oportunidade para aprender e apreciar o processo de cultivo. Para os recém-migrantes da zona rural, a atividade representa uma forma de utilizar suas especialidades agrícolas e, para alguns, um refúgio onde eles podem trabalhar novamente, mas de forma diferente, com a terra e religados à natureza.

Na Tabela 5, estão contabilizadas as ocupações das pessoas que trabalham na agricultura urbana. Destaca-se que, do total de 57 pessoas que declararam a prática da agricultura urbana, nem todas podem ser consideradas “pessoas ativas”, pois aí estão incluídos aposentados, pensionistas e mulheres com atividades domésticas⁶. Descontando estas pessoas, chega-se ao número de 25 pessoas ativas que se dedicam também à agricultura urbana. Estas se encontram ocupadas nos serviços de construção civil, outras em serviços domésticos e, ainda há aquelas classificadas como vendedores informais e prestadores de serviço por conta-própria.

TABELA 5
Grupos de ocupações das pessoas ativas que trabalham na agricultura urbana

Grupos de ocupação	Número de pessoas	%	% Acumulada
Administração pública	1	4	4
Professores e outros da educação	1	4	8
Agricultor conta-própria	1	4	12
Serviços da construção civil	8	32	44
Ocupações agroindustriais	2	8	52
Indústria de transformação	1	4	56
Comércio não-especificado	3	12	68
Motoristas	1	4	72
Serviços domésticos remunerados	4	16	88

⁶ Segundo a classificação das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios - PNADs, anteriores a 1992, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somente são consideradas “pessoas ativas ou ocupadas” aquelas com 10 anos e mais que trabalhavam 15 horas ou mais na semana de referência da pesquisa. Adotou-se este conceito como critério de separação das pessoas ativas neste artigo. Com a aplicação deste conceito, restaram somente 47 pessoas, em relação às 57 inicialmente apresentadas nas Tabelas 2, 3 e 4. Se se levar em conta somente as que declararam praticar agricultura urbana, restarão apenas 25 pessoas ativas, que são apresentadas na Tabela 5.

Serviços pessoais não-domésticos	2	8	96
Outros serv. Pessoais não-domésticos	1	4	100
TOTAL	25	100	-

Na Tabela 6, é apresentada a distribuição das famílias pesquisadas segundo os estratos de renda *per capita*. Se for adotada a “linha da pobreza” como sendo igual a R\$ 120,00 observa-se, na Tabela 6, que 21,1% das famílias possuem rendimentos que as classificam abaixo da linha de pobreza⁷. A renda média *per capita* é somente de R\$ 252,77, e a renda mediana *per capita* atinge apenas R\$ 218,00. Se observarmos atentamente estas informações apresentadas na Tabela 6, pode-se verificar que menos de ¼ das famílias pesquisadas possuem renda que as situa abaixo da chamada “linha de pobreza”.

TABELA 6
Distribuição das famílias, segundo os estratos de renda *per capita*.

Estratos de Renda (em Reais)	Número	%	% acumulada
60 até 120	8	21,1	21,1
125 até 240	15	39,5	60,5
250 até 370	9	23,7	84,2
393,33 até 456,66	4	10,5	94,7
700 e mais	2	5,3	100,0
TOTAL	38	100	-

Este curioso resultado permite levantar a hipótese de que, embora a pesquisa tenha sido realizada no contexto da pobreza, os praticantes da agricultura urbana não apresentam rendimentos que os classifiquem entre as famílias relativamente mais pobres. Uma outra razão que pode ser aventada é a existência de aposentados e pensionistas entre os membros das famílias, o que permite uma elevação e estabilização das rendas.

3.2 A prática da agricultura urbana

⁷ O valor do salário mínimo nacional no período da pesquisa era de R\$ 240,00. Segundo Rocha (1996:3) “é consensualmente aceito que a variável de renda mais adequada para confronto com a linha de pobreza é a renda familiar *per capita*, que leva em consideração todos os rendimentos das pessoas do núcleo familiar, o número de pessoas e o papel da família como unidade solidária de consumo e rendimento”. A metodologia oficial usa como referência o salário mínimo, isto é ½ do salário mínimo familiar *per capita*, limite abaixo do qual se define uma família pobre. Definição encontrada no site do IBGE (<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/glossario/pobreza.html>). Acesso em: 01/09/2005).

Na Tabela 7, são apresentados os resultados relativos ao tempo de prática da agricultura urbana pelas famílias. Por meio das informações, verificou-se que a agricultura urbana é, na maioria dos casos, uma atividade relativamente tradicional entre as famílias, pois é praticada há mais de 5 anos, em mais de 60% dos casos.

TABELA 7

Tempo de prática da agricultura urbana, segundo as famílias pesquisadas

Tempo (anos)	Número	%
Menos de 1 ano	4	10,5
Entre 1 e 2 anos	4	10,5
Entre 2 e 5 anos	7	18,4
Mais de 5 anos	23	60,5
TOTAL	38	100,0

Considerando as produções mais recentes, entre menos de 1 ano até 2 anos, apenas 21,1% das famílias aparece nesta situação. Com base nestes resultados, pode-se inferir que a agricultura urbana parece não se constituir em uma prática transitória. Ela não se derivaria apenas da crise econômica, mas se constituiria em uma prática permanente das famílias e mereceria ser estimulada pelos órgãos públicos. Contudo, há necessidade de se manter a continuidade das pesquisas para poder (ou não) fazer a afirmação de forma categórica.

A Tabela 8 apresenta os locais onde os agricultores desenvolvem a atividade. Nela, pode-se verificar que a característica da agricultura urbana praticada é aquela das hortas nos quintais das casas ou, em alguns casos, terrenos próximos, já que 78,9% dos agricultores urbanos utilizam seus quintais como espaço para produção. Em 21,1% dos casos, a produção ocorre em terrenos privados, sendo estes dos próprios entrevistados.

TABELA 8

Locais de produção da agricultura urbana

Local	Número	%
Quintal de casa	30	78,9
Terrenos privados	8	21,1
TOTAL	38	100,0

Os principais produtos encontrados na pesquisa, estão descritos na Tabela 9. Pode-se observar que existe ampla variedade, sendo incluídos nos cultivos desde hortaliças e temperos, legumes, frutas e grãos. As hortaliças aparecem em maior quantidade e em variedade.

TABELA 9
Principais alimentos produzidos pelos agricultores urbanos

Produto	%
Couve	84,2
Alface	65,8
Radiche	63,2
Feijão	57,9
Salsa	52,6
Cebolinha	52,6
Rúcula	44,7
Milho	42,0
Beterraba	39,5
Tomate	36,8
Laranja	36,8
Bergamota	31,6
Mamão	28,9
Abóbora	26,3
Pimentão	23,7
Goiaba	23,7
Limão	23,7
Cenoura	21,0
Mandioca	21,0
Maracujá	13,1

Os destinos dados para os produtos obtidos pelas famílias de agricultores urbanos estão apresentados na Tabela 10. Como a questão admitia mais de uma resposta, tem-se que 100% das famílias de agricultores consomem os alimentos que produzem. Deste total, 15,8% das famílias também declararam que, além de consumir, também comercializam parte de sua produção, e ainda 23,7% consomem e doam, normalmente a vizinhos, ou trocam com estes o excedente da produção.

TABELA 10
Destino dos produtos obtidos pelas famílias de agricultores urbanos

Destino	Número
Consumo	38
Comércio	6
Trocas/ doações	9

Na Tabela 10, é visível que a principal contribuição da agricultura urbana para essas populações é a nutricional, na medida em que complementam sua alimentação com o que plantam, e apenas em alguns casos comercializam os produtos visando ao lucro.

Tomando como referência a descrição de Sachs (2004), o qual identifica os modos de produção na economia e seus circuitos, a agricultura urbana poderia ser classificada como *modo de produção fora do mercado*, pelas suas características domésticas e de autoconsumo.

A Tabela 11 traz as razões citadas pelos agricultores urbanos para praticarem a agricultura urbana. Nesta questão, mais de uma alternativa podia ser escolhida.

TABELA 11
Principais razões citadas para a prática da agricultura urbana

Razões	Número	%
Para consumo e subsistência	28	73,7
Já possuem tradição com agricultura	17	44,7
Praticam por lazer	10	26,3
Para aumentar a renda da família	2	5,3
TOTAL	57	-

Entre as principais razões declaradas, 28 delas referiram-se à prática da agricultura urbana para consumir os produtos e auxiliar na subsistência. Também, pode-se verificar que 17 famílias responderam que já possuíam tradição com a agricultura e por isso continuaram a cultivar.

O trabalho de Nugent (2000) mostra que as razões que dão origem à agricultura urbana são variadas, mas encontram-se entre estas, principalmente, a subsistência e a geração de renda, dependendo das condições de vida existentes nas várias cidades. Para o grupo de menor renda, pesquisado, fica claro que a importância dos cultivos reside basicamente no aspecto relativo à alimentação das famílias.

A Tabela 12 traz as informações acerca das principais dificuldades enfrentadas pelas famílias pesquisadas na prática da agricultura urbana.

TABELA 12
Principais dificuldades citadas na prática da agricultura urbana.

Dificuldades	%
Falta de dinheiro	30,61
Falta de espaço	28,58
Falta de conhecimento técnico	20,41
Falta de mão-de-obra	8,16
Falta de água	8,16
Falta de tempo	2,04
Não tem dificuldades	2,04
TOTAL	100,0

Nela, pode-se constatar que uma das principais dificuldades citadas pelos agricultores urbanos é a falta de dinheiro, já que as famílias alegam que é necessário investir na atividade para aproveitar ao máximo e da melhor forma possível os espaços existentes. A escassez de dinheiro para investir na agricultura urbana poderia ser minimizada com a possibilidade de acesso dessas famílias, ao microcrédito⁸.

Para Yunus (2000), o principal entrave ao sistema, cujo alvo seriam famílias pobres, é a falta de acesso a uma poupança e a um mecanismo de seguro. No entanto, ele ainda poderia ser um caminho viável para a inclusão social de alguns grupos menos favorecidos economicamente. Da mesma forma, a falta de maiores espaços para o cultivo é colocada como um empecilho, e finalmente, a falta de conhecimento técnico. Em relação a este aspecto, caberia aos serviços de extensão fornecer as orientações mais adequadas aos agricultores, respeitando seus espaços e condições financeiras, ou seja, uma assistência técnica diferenciada.

4.3 A contribuição da agricultura urbana na renda familiar

Na questão monetária, o consumo de alimentos oriundos da agricultura urbana representa uma importante economia de rendimentos para as famílias. A Tabela 13 apresenta a distribuição das famílias em estratos de percentuais de economia obtida com o autoconsumo, em relação à renda total. Estas informações foram calculadas a partir do dado

⁸ Yunus (2000) conceitua o microcrédito como um bom instrumento de intervenção financeira, de forma que famílias pobres criam laços sociais informais substituindo o banqueiro. As cadeias de microcrédito citadas pelo autor baseiam-se em responsabilidades, onde o não pagamento implica conseqüências morais dentro da comunidade e na agência de empréstimo.

declarado pelas famílias pesquisadas em resposta à pergunta “qual a estimativa do montante economizado com a agricultura urbana (em termos de consumo, em relação a renda familiar)?”.

TABELA 13

Percentual de economia obtida com autoconsumo, em relação à renda total das famílias.

Estratos	Número de famílias	%
Até 10% da renda total	5	13,16
Mais de 10% até 20%	14	36,84
Mais de 20% até 30%	9	23,68
Mais de 30%	10	26,32
TOTAL	38	100,00

Como pode-se verificar na Tabela 13, mais de 1/3 das famílias economizam de 10 a 20% da renda total com a produção agrícola urbana. Também vale destacar que 26,32% das famílias chegam a economizar mais de 30% da renda familiar, por meio da agricultura urbana.

É importante salientar que, por serem famílias de baixa renda, uma economia superior a 30% em alimentação pode significar uma possibilidade de suprir outras necessidades básicas para essa população, o que talvez de outro modo não fosse possível. Todavia, estas são apenas estimativas, pois existe dificuldade de mensuração das rendas oriundas das explorações agrícolas urbanas, dado que muito do que é produzido não passa diretamente nos canais normais de mercado, como já se mostrou anteriormente.

A partir das informações coletadas, é possível evidenciar, na Tabela 14, as principais despesas citadas pelas 38 famílias. Inicialmente, é preciso afirmar que as despesas variam entre R\$ 119,00 a R\$ 830,00 por mês, incluindo prestações de moradia, água, luz, gás, transporte, medicamentos e alimentação. A média das despesas é de R\$ 408,00 por mês, por família. É possível constatar também que praticamente 60% dos gastos destas famílias pobres são com alimentação, o que se apresenta de acordo com a literatura internacional.

TABELA 14

Principais despesas das famílias de agricultores urbanos pesquisados.

Despesa	Valor em Reais	%
Água	1.116,00	7,27
Luz	1.722,00	11,21
Transporte	1.025,00	6,67
Gás	1.161,00	7,55
Remédios	1.275,00	8,3
Alimentação	9.060,00	59,0
TOTAL	15.359,00	100,0

Neste sentido, a agricultura urbana pode diminuir ou contribuir para aliviar os gastos com alimentação destas famílias. No trabalho de Avilla & Veenhuisen (2002), é relatado que os alimentos oriundos da produção para autoconsumo representam uma oportunidade importante para a redução nestes gastos com alimentação, principalmente para as famílias pobres urbanas, que chegam a gastar até 80% de sua renda com alimentação.

3.4 A contribuição da agricultura urbana para a segurança alimentar e nutricional

A informação acerca do consumo de alimentos entre a sub-amostra de 20 famílias revela que 100% destas consumiram arroz, macarrão, feijão, batata-inglesa, ovos e leite, frutas como a maçã, a bergamota e a banana, verduras como a cebola e o tomate e que, dentre as carnes, as mais consumidas são as de gado e a de frango. Percebe-se a forte presença de alimentos industrializados na alimentação destas famílias. A produção própria de alimentos como o feijão, a mandioca, verduras em geral e frutas permite inferir acerca da contribuição da agricultura urbana para a segurança alimentar das famílias pesquisadas.

A agricultura urbana têm sido apontada, por estudiosos, como um elemento importante na garantia da segurança alimentar e saúde nas famílias que a praticam. Frère et al. (1999) mostram as principais funções nas quatro tipologias de micro-agricultura urbana em Belém do Pará, sendo a segurança alimentar e a saúde as principais presentes em todas elas. Um estudo antropométrico realizado em Kampala, Uganda, com crianças menores de 5 anos, indica que a agricultura urbana tem uma associação positiva significativa com um

melhor estado nutricional das crianças, particularmente no indicador altura para a idade (MAXWELL et al., 1998).

TABELA 15

Distribuição das famílias de acordo com o consumo médio diário de energia e proteína

	Calorias		Proteínas	
	Consumo médio <i>per capita</i> de calorias (kcal/dia)	Número	Consumo médio <i>per capita</i> (g/dia)	Número
Menos de 80%	1497,01	5	31	1
De 80% até menos de 110%	2.021,39	7	59	1
De 110% a mais	3.671,00	8	100	18
TOTAL	2.396,46	20	63,3	20

A Tabela 15 mostra as informações relativas ao consumo de energia e proteínas entre as famílias pesquisadas. Nela é possível verificar que a maioria das famílias apresenta um consumo médio de calorias próximas à necessidade média ou superior a mesma, apenas 5 famílias têm consumo inferior à média esperada. Quanto à proteína, a maioria das famílias apresenta consumo (médio) aparentemente excessivo. Este nutriente considerado essencial para o adequado estado de saúde e nutrição tem sua demanda mais facilmente atendida, em termos quantitativos.

Com esses dados, fica explícita a necessidade e a importância da agricultura urbana, pelo menos no que diz respeito às populações mais pobres. O consumo alimentar destas famílias parece estar intimamente associado aos alimentos que produzem e a sua obtenção a um custo bem mais baixo do que se fossem adquiridos no mercado.

É necessário, entretanto, assinalar que estudos de maior profundidade, envolvendo maior número de integrantes na amostra e adoção de distintos métodos deve ser desenvolvida no sentido de melhor compreender o papel da agricultura urbana e a segurança alimentar.

4 Resumo e Conclusões

A análise dos resultados apresentados neste trabalho permite algumas conclusões acerca da agricultura urbana no contexto estudado. Com relação à caracterização da população pesquisada, as evidências empíricas permitem afirmar que as famílias não são

numerosas. Naquelas que praticam a agricultura urbana, não há predominância de sexo, de forma distinta do que se apresenta na literatura sobre o assunto. Os praticantes da agricultura urbana são predominantemente pessoas em idade adulta ou idosos. Além disso, os atores envolvidos na agricultura urbana são, na sua maioria, oriundos da zona rural, mas existe uma parcela não desprezível de origem urbana. As ocupações econômicas exercidas pelos membros ativos das famílias de agricultores urbanos são precárias e de baixa qualificação, propiciando-lhes rendimentos reduzidos. Todavia, vale destacar que menos de ¼ das famílias de agricultores urbanos está abaixo da “linha de pobreza”.

Em relação à prática da agricultura urbana, chama atenção o fato das produções serem obtidas praticamente sem o uso de insumos químicos e com a máxima utilização dos recursos disponíveis nos locais de produção. O uso reduzido de insumos modernos confere um caráter mais saudável aos alimentos produzidos. Cabe destacar também que a agricultura urbana é, na maioria dos casos, uma atividade que já possui uma certa tradição entre as famílias. Ela é exercida nos “quintais das residências”. O destino dos produtos é predominantemente o autoconsumo, com muito pouco comércio. Neste sentido, a agricultura urbana pode ser considerada um modo de produção fora do mercado ou uma economia de subsistência.

As razões da prática da atividade resumem-se em consumo e subsistência, tradição com a agricultura e lazer; no entanto, a razão principal é a alimentação das famílias. As informações apresentadas sobre os tipos de produtos agrícolas obtidos reforçam esta idéia.

Entre as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias pesquisadas estão a falta de dinheiro para investir na atividade, de espaço físico e de conhecimento técnico. Aqui existe uma ampla possibilidade de intervenção em termos de políticas públicas.

Quanto à contribuição da agricultura urbana para a geração de renda, ela não cumpre necessariamente um papel de provedora de renda adicional, mas, dentro de suas características tradicionais de cultivo, permite às famílias uma economia importante por meio do consumo dos alimentos produzidos. Assim, ela complementa significativamente a alimentação das famílias.

A contribuição da agricultura urbana para a segurança alimentar pode ser verificada nas análises do consumo de alimentos das famílias, onde ficou evidente que a presença de

hortaliças, legumes e frutas oriundas da produção própria é importante fonte de alimentos e de nutrientes para os membros das famílias.

Para as famílias que integram o grupo pesquisado, para as quais a agricultura urbana é uma realidade, são interessantes políticas que promovam um acesso mais fácil a alimentos que não são produzidos e são de difícil aquisição. Estas políticas poderiam promover o aumento da produção, visando à comercialização dos excedentes e permitir a geração de renda para aquisição dos alimentos não produzidos.

O aumento da produção é um fator desejado por muitas famílias pesquisadas; no entanto ainda estão ausentes as políticas públicas que promovam a disponibilidade de crédito às famílias mais pobres com o objetivo de estimular o aumento da produção. Muito poderia ser refletido sobre isso, principalmente porque a agricultura urbana abrange um amplo espectro de produtos e possui um caráter multifuncional, aspecto a ser considerado por todos aqueles que se preocupam com a questão da promoção de sistemas alimentares sustentáveis.

Referências Bibliográficas

AVILLA, C. J. & VEENHUISEN, R. Aspectos econômicos da agricultura urbana – Editorial. In: **La Revista Agricultura Urbana**. Vol. 7, agosto de 2002. Disponível em <<http://www.ipes.org/aguila>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2004.

BLANCHEMANCHE, S.; MARIE, C. L.; MOURIAUX, F.; PESKINE, E. Multifonctionnalité de l’agriculture et status d’activité. **Economie Rurale**, Paris-France, n. 260, p. 41-51, /novembre – décembre 2000.

CAMARANO, A. A. & ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 23p., Texto para discussão, n.621.

COAG. **Comitê de Agricultura**. La Agricultura Urbana y Periurbana. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación – FAO. Roma; 25-29 de janeiro de 1999. 60p.

COSTA BEBER, C. **Santa Maria, 200 anos: História da economia do município.** Edição Comemorativa do Centenário da CACISM. Santa Maria: Cacism, 1998. 315p.

DRAKAKIS-SMITH, D., BOWYER-BOWER, T., TEVERA.,D. Urban poverty and urban agriculture: an overview of the linkages in Harare. **Habitat International.** Great Britain. v. 19, n. 2, p. 183-193. 1995.

FAO. Select issues: Urban Agriculture: an oxymoron? In: **The state of food and agriculture.** Rome: FAO,1996.29p.

FLEURY, A. & DONADIEU, P. De l'agriculture péri-urbaine à l'agriculture urbaine. **Le Revue Courrier de l'environnement.** Paris, France, n. 31, août. 1997. Disponível em: <<http://www.inra.fr/dpenv/fleure31.htm>>. Acesso em: 06 de dezembro de 2003.

FRÈRE, N.; LUDOVICO, R. M. R.; MARTINS, P. F. da SILVA. Agricultura Urbana em Belém – Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37, **Anais...** Foz do Iguaçu – PR. SOBER, 1999. p. 1-10.

GALEAZZI, M. A. M.; BONVINO, H. LOURENÇO, F.A.;VIANNA, R.; Inquérito de Consumo Familiar de Alimentos - Metodologia para Identificação de Famílias de Risco Alimentar. **Cadernos de Debate.** Campinas, vol. IV. p.32-46, 1996.

IBGE. **Censo Demográfico 2000.** Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em 4 de janeiro de 2004.

MAXWELL, D., LEVIN, C., CSETE, J. Does urban agriculture help prevent malnutrition? Evidence from Kampala. **Food Police,** Great Britain, vol.23, n.5, p. 411-424, 1998.

NUGENT, R. **Agricultura urbana e periurbana: Segurança alimentar e nutrição.** Texto inicial para discussão na conferência eletrônica promovida pela FAO, ETC, RUAF. 21 de agosto-30 de setembro de 2000. 7p.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Necesidades de energía y de proteínas.** Ginebra: FAO/OMS/ONU, 1985. 220p. (Série de Informes Técnicos n. 724).

PHILIPPI, S. T.; SZARFARC, S. C.; LATTERZA, A. R. **Virtual Nutri [programa de computador]**. Versão 1.0 for windows. São Paulo: Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), 1996.

PROJETO INSTITUCIONAL DE EXTENSÃO: **NÚCLEO DA UFSM EM APOIO À REDE DE SOLIDARIEDADE**. Universidade Federal de Santa Maria. Pró- Reitoria de Extensão. Santa Maria. Abril de 2003.

PEREIRA, M. T. Agricultura urbana e periurbana. **Revista Qualidade de Vida**, São Paulo, Ano 2, n.11, p.01-04, Abril de 2000.

ROCHA, S. **Renda e pobreza**: os impactos do Plano Real. Rio de Janeiro: IPEA. Texto para Discussão. n. 439, 1996.

SACHS, I. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.18, n.51, p.23-49, 2004.

UNDP (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME). **Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities**. Publication Series for Habitat II. Volume One. New York, 1996. 300 p.

YUNUS, M. **O Banqueiro dos Pobres**. Editora Ática. 2000. 343p.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense. 2 Ed. 1994. 265 p.

ZEEUW, H. de; GUNDEL, S.; WAIBEL, H. La integración de la Agricultura en las políticas urbanas. **La Revista Agricultura Urbana**. Vol. 1, julho de 2000. Disponível em:< <http://www.ipes.org/aguila>>. Acesso em: 21 de outubro de 2003.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.